

Lista n.º 96

Macario da Silva (Coimbra)	1\$000
João Pereira Dias (Coimbra)	1\$000
João S. Barros e Cunha (Coimbra)	1\$000
José Teriaga (Coimbra)	1\$000
José A. Vaz Serra (Coimbra)	1\$000

Eugenio Sanches da Gama (Coimbra)	1\$000
José J. Nogueira Soares (Coimbra)	1\$000

Lista n.º 45

João Falcão de Gouveia Magalhães (Amarante)	1\$000
Raul Monteiro de Sá (Amarante)	500
Henrique da Costa Santos (Amarante)	1\$000

Joaquim Rodrigues Teixeira (Amarante)	500
Albano Mesquita (Amarante)	500
Dr. Augusto Monterroso (Amarante)	500

Augusto Ferreira d'Almeida (Amarante)	500
---------------------------------------	-----

Joaquim Tamegão (Amarante)	1\$500
----------------------------	--------

Romão José da Cruz (Amarante)	500
-------------------------------	-----

João Pereira Teixeira de Vasconcellos (Amarante)	10\$000
--	---------

Dr. Teixeira de Pascoaes (Amarante)	5\$000
-------------------------------------	--------

Dr. Alvaro Teixeira de Vasconcellos (Amarante)	2\$500
--	--------

João Teixeira de Vasconcellos (Amarante)	2\$500
--	--------

L. de Macedo (Amarante)	500
-------------------------	-----

D. Maria da G. Teixeira de Vanconcellos (Amarante)	5\$000
--	--------

Pedro de Macedo (Amarante)	1\$500
----------------------------	--------

Anonimo (Amarante)	2\$000
--------------------	--------

A. de Sousa Pereira (Amarante)	1\$000
--------------------------------	--------

Ernesto Emigdio de Sousa Cardoso (Amarante)	1\$000
---	--------

M. N. (Amarante)	1\$000
------------------	--------

Anonimo (Amarante)	10\$000
--------------------	---------

Albano Pinheiro (Amarante)	500
----------------------------	-----

Anonima (Amarante)	1\$000
--------------------	--------

Padre Alberto Pinheiro (Amarante)	500
-----------------------------------	-----

Anonimo (Amarante)	2\$000
--------------------	--------

Antonio A. da Silveira Pinto (Amarante)	500
---	-----

Lista n.º 78

Centro Comercial do Porto	20\$000
---------------------------	---------

Lista n.º 65

Manuel Avelino Pinto Braga (Porto)	5\$000
------------------------------------	--------

Lista n.º 98 (S.º Tirso)

Publicaremos esta lista no próximo numero.	55\$000
--	---------

Lista n.º 504

D. Julia Gouveia (Penafiel)	5\$000
-----------------------------	--------

Lista n.º 322

Dr. Mauuel d'Arriaga (Palacio de Belem)	10\$000
---	---------

Roque d'Arriaga (Palacio de Belem)	1\$000
------------------------------------	--------

A transportar. 369\$575

Carta a José Fagundes, Poeta lirico, sobre o Bacharel e suas causas

Conheces tu, José Fagundes, a obra succulenta de Silvio Romero? Pois se não, bem tempo é de conhecê-la: e começa pela *Patria Portuguesa*, que darás por bem empregado o teu tempo.

Acabo de ler os *Estudos Sociaes sobre O Brazil na primeira decada do seculo XX*: e desta vêz, além do solido prazer que me causaram sempre os escritos deste grande campeador patriota, tive ainda o de ver expostos pelo sociologo illustre, em relação á sua patria, grandissima parte dos diagnosticos e criticas que a mim, com muito memos saber e autoridade, me tem sido dado fazer á nossa. Ha muito de comum nas miserias dos dois povos, no que respeita ás causas profundas,—e por isso é para nós, portuguezes, de especialissimo interesse este novo livro.

Quanto á maioria dos factos que teem sido invocados como causa dos males brasileiros «é evidente, diz o autor, para quem sabe enxergar, que não passam de *sintomas e effeitos* de uma *causa superior* que se não tem querido ver ou se não tem tido a precisa coragem para assinalar ao povo, ao seu governo, ás suas classes dirigentes, para que mudem de rumo e tratem resolutamente, se fôr possível, de arrançar as raizes do mal...»

«Dessa falha inicial, do desconhecimento da indole exacta de nosso povo, originam-se nele, especialmente na classe que se diz dirigente e nada de facto dirige, as seguintes consequencias, fontes de grandes males e de cruéis desenganos para a nação inteira:—1.º, não se ver a antinomia profunda entre o estado real do paiz, quasi todo ainda inculto e mergulhado no maior atrazo, e o tempo presente, época do carvão de pedra, do vapor, da electricidade, da grande agricultura, da grande industria, da grande concorrência universal, da grande officina de trabalho e produção mecanica por aparelhos de todo o genero; época de vertiginoso movimento que não espera pelos retardatários;—2.º, não se reparar em a não menor antinomia que lavra entre o povo quasi inteiro e uma pequena *élite de intellectuaes*, como elles proprios se apelidam, cheios de todas as vacuidades, de todas as fumaças e pretensões de grandeza, que a

semi-cultura soe sempre inspirar;—3.º, não se levar em conta a ainda menos iniludível antinomia existente entre essa mesma *élite* de nossos directores, *politicos, jornalistas e literatos*, e os seus collegas entre os povos verdadeiramente cultos;—porque estes tais são realmente a floração de velhas e aperfeiçoadas civilizações, e os nossos não passam de superfetações, de arremedos do estrangeiro, sem base séria no meio que os cerca;—4.º, a ilusão, oriunda das tres falhas notadas, de possuirmos as mesmas qualidades, os mesmos predicados dos povos que supomos poder imitar e que, para os igualar ou sobrepujar, não é mais preciso que copiar-lhes as leis, as constituições, os planos de governo, e está tudo feito;—5.º, o amargo pessimismo, a turbulenta gritaria de que se apoderam todos, quando, falhos os seus cálculos, e não poderiam deixar de falhar, vêem que não adiantaram um passo e a desordem moral é cada vez maior;—6.º, finalmente, a peor consequencia de tudo isto, a teima de julgar *politica*, e sanavel por meios *politicos* uma questão organica, ethnica, de psicologia popular, uma questão profundamente, essencialmente, unicamente de estrutura social do povo.»

Ora, destes seis grandissimos erros que Sylvio Romero aponta, logo tu percebeste que andam os cerebros transbordantes no país da Charlatania (que alguns viajantes eruditos identificam com a Lusitania antiga); com a diferença de que do 4.º da ilusão de possuirmos as mesmas qualidades dos grandes povos civilizados, uns tiram essa mesma conclusão de que para os igualar não é preciso mais do que copiar-lhes as leis, as instituições, os planos do governo; enquanto uma minoria lusitanista conclue não menos logicamente que a redenção ha-de jazer na contemplação do proprio umbigo, e da carcassa heroica dos avós...

E, aqui como lá, a ilusão leva a isto: a credence de ser politico o problema nacional; «o processo simplista de arranjar um bode expiatorio para os erros e fraquezas de uma nação inteira.»

Ora, ponhamos desde já as cartas na mesa: o microbio está em nós, no nosso caracter de comuna-rio de estado, «vivendo acostado

ao grupo, pedindo-lhe tudo, sem largo espirito de iniciativa, sem a sã capacidade de autonomia da vontade:» nesse caracter que, segundo os dogmas dos lusistas, faria de nós todos o padrão ideal da humanidade!

Eu bem sei que tu, José Fagundes, jamais admitirás que sejas bicho de má raça.— Como assim? repontas tu; eu, poeta lirico?— Para desdita de nós todos.— Eu, empregado publico? Eu, literato, jornalista, deputado; eu, Verbo do Patriotismo, eu tálamo da Virtude, eu santo Antonio prégando aos peixes?— Ah, meu caro amigo, tu prègas ao peixe—para comer o peixe!

Mas não, tu não acreditas; tu queres um bode expiatorio: quer dizer, aquele partido a que não pertences, aquela seita religiosa que não segues, aquele jornalzinho politico que não é o teu,—e, sobretudo,—oh, esses sobretudo!—os Governos, estes malditos Governos que nada fazem!

Porem tu sabes, ou deves saber, que todas as grandes doutrinas sociologicas «estão de acordo quanto á natureza dos governos e seu papel secundario na marcha geral dos povos.» Nos países prosperos «sente-se, palpa-se, por assim dizer, a verdade insofismavel de ser essa prosperidade uma função directa da vida nacional, do existir popular. Ninguem se lembra de indagar o que faz o governo. Sabe-se de antemão que, nessas terras privilegiadas do trabalho, ele se limita a deixar sem peias as forças propulsores da nação... No Brasil—e em Portugal, ajunta sempre, ó Don Fagundes!—o povo apatico espera a palavra, o apoio, a protecção dos governos; estes dão tratos á cabeça para multiplicar os expedientes ilusionistas que adiem as crises e mascarem as prementes necessidades...»

Sim, meu amigo, ha povos particularistas, em que tudo se enraiza na capacidade e na iniciativa individual, e ha povos comunarios, onde cada um procura resolver os seus problemas apoiando-se na colectividade, no grupo,—familia, tribu, clan, ou Estado. Bem me dispensarás de acrescentar agora quaes os que vão pelos altos, e quaes os que rastejam; escuso tambem de te dizer a que especie pertencemos, ou de te lembrar que somos, como escreve o illustre brasileiro dos seus compatriotas, «um povo habituado á politica alimentária, desafeito á iniciativa, á autonomia do trabalho, ao exercicio amplo das profissões usuas da industria e da actividade moderna...»

Ahi está a chave do problema; e só conseguiremos alguma coisa quando procurarmos arrancar de nós esse espirito comunário, quando desistirmos de esperar tudo dos metodos geraes e simplórios de transformar e regenerar um povo pelo velho Sebastianismo, pela curandeirice superficial dos meios rápidos e mágicos, como o da balbúrdia politica para escalar a governação, e uma vez no cimo despejar sobre a multidão supersticiosa uma grande chuva de *confetti*: leis, reformas, decretos, instituições...

Paulo Descamps, escrevendo sobre a crise vinicola em França, teve a coragem de dizer isto:

«Não ha solução geral para a crise dos vinhos. Ha uma solução particular para cada interessado.»

«Faça cada qual o seu exame de consciencia, reflita com calma sobre os meios de se livrar de dificuldades, proceda por si próprio; que a solução geral, por isso mesmo que está fóra do individuo e pertence ao Estado, conduz á passividade e nada resolve.

Contar com o auxilio alheio, é anular-se.»

É isto que Artur Guimarães,—a quem devo o conhecimento da afirmação de Descamps—apresenta aos lavradores de café do Brasil nos seus lúcidos *Problemas Brasileiros*, publicados em livro juntamente com os artigos de Sylvio Romero.

Meditemos agora, José Fagundes; pensa se não haveria vantagem em generalizar esta ideia, e em proclamar que não ha solução geral para a crise portugueza, mas sim uma solução particular para cada um dos portuguezes; e que em vez de declamar contra a Monarquia ou a Republica, o chefe A ou o chefe B, deves antes tratar de cultivar em ti o espirito de trabalho e de iniciativa, as faculdades produtoras, o horror da ignorancia letrada e da comodidade do emprego publico,—desse emprego publico que acaso esmolaste a um dos Senhores Ministros que descompões.

*

Entramos, como vês, no problema dos problemas: o da educação,—educação que não é, como saber deves, a instrução livresca que a escola impinge; educação que começa no dia do nascimento, dentro da familia, e em que colaboram depois a escola e a sociedade.

A familia... Mas na familia o pai é um portuguesinho valente com todos os defeitos que acabámos de lamentar: quando não faz

politica, quer dizer, banditismo puro; quando não viza com todas as garras a *governar-se*, pela bajulação e exploração de reis, ministros, presidentes ou multidões, conforme os casos: na melhor das hipóteses é uma herazinha comunária, agarradinha ao grupo, sem qualidades de iniciativa e de independencia, sem que as saiba apreciar sequer e admirar nos outros para que as possa desenvolver em seus filhos,—e que não deseja da escola para o seu menino Euzebio senão a aprovação nos exames, condição para o diploma e para o emprego...

A escola... Não sei o que é a escola brasileira, mas conheço a portugueza,—e esta, digna filha e colaboradora de uma sociedade como a que Sylvio Romero te mostrou, é já nos primeiros anos do liceu uma fazedora de bachareis.

O bacharel fabrica-se em casa e no liceu,—com o papá e com o mestre. O liceu prepara o nosso Eusebiozinho para acumular as funções de bacharel, empregado publico e poeta lirico...

Ha as causas moraes, que já foram apontadas, e as causas intellectuaes do bacharel. Consideremos estas ultimas.

Repara tu: desde que Eusebiozinho entrou para a escola nada lhe prefigura a sociedade e o mundo como um campo em que se luta pela vida, em que se arranca á terra o pãozinho que Euzebio lancha, em que se fabrica a louça, o fato, e o papel que Eusebio usa,—em que não só se cultiva ou se fabrica mas se permuta tudo isso, com trabalho, com esforço, com applicação disciplinada... Qual historia! O que Eusebiozinho lobra é um universo abstracto em que reis e presidentes abstractos regem povos abstractos, sobre territorios abstractos, compostos de leis fisicas abstractas, onde se dão batalhas abstractas com cavaleiros abstractos que não comem, ou, se comem, é porque alguém lhes dá, como a ele o papázinho, uns cobres com que no pasteleiro poderão comprar uma sandwiche que abstractamente para ali veio. A sociedade que ele conhece ao abandonar o liceu é a sociedade exangue do empregado publico: um vasto collegio ou secretaria, em que uns são chefes ou regentes, outros amanuenses, porteiros ou continuos, e onde se escrevem temas ou officios, onde se apanham notas ou informações, onde se passa de classe ou se sobe de posto, depois de alguma pachorra e agua benta...

E agora fica pronto para uns annos ainda de abstracção supe-

rior—uma instrução primaria re-quentada e com programas mais complexos,—onde ganhará as condições legaes de se apresentar ao Senhor Ministro...

O liceu não dirige nunca a imaginação, os gostos, os interesses, os ideaes dos estudantes para as profissões usuaes e para a actividade produtiva, fazendo-lhes ver que é ahí que mais tarde deverão realizar ambições legítimas... Tem razão o Eusebiozinho; empurrou-o a escola para a secretaria: nunca lá lhe disseram que havia minas, campos, colonias, fabricas,—a colonizar, a explorar, a cultivar!

E bem precisa de que lho digam: nas sciencias naturaes, na geografia, na historia. Visto que no liceu se lhe não ensina a historia das sciencias, é só na historia que o rapazinho aprenderá aquele incerto e tacteador elemento humano que faz as sciencias, como faz a vida: pois ha de ser disto, e não de demonstrações algebricas, que se ha-de compor a vida politica e particular do nosso Euzebio,—a não sêr, claro está, que o ponhamos a empregado publico, na passividade geométrica e de barril de aguadeiro de esperar a vêz,—a vêz na bica e na promoção. Cabe pois ao ensino historico o iniciar Euzebio na vida pratica, suas necessidades, suas exigências, suas duvidas,—e também seus idealismos, suas aspirações e suas crenças.

Dadas estas circunstancias, parece-me que na nossa escola o ensino da historia deverá visar:

Na instrução secundaria: a iniciar a criança nas realidades concretas e activas da vida social; suscitar o espirito critico, apresentar factos;

Na instrução superior: desenvolver o espirito de investigação; apresentar problemas.

Além disto, durante todo o curso se deverá tender a libertar cada espirito dos pontos de vista exclusivos que o seu ambiente especial lhe impõe; a imprimir o sentimento da extraordinaria complexidade dos fenómenos sociaes, condenadora de todas as opiniões rápidas, categóricas, baseadas no conhecimento grosseiro dos factos; a radicar o hábito de classificar as opiniões por graus de probabilidade, preferivelmente a dividi-las em «verdadeiras» e «falsas»; e finalmente, como em todas as sciencias, habituar ao rigôr no uso e definição do vocabulario.

Mas,—é principio proclamado desde Rousseau,—será necessario que tudo se faça tendo em vista as faculdades, gostos e interesses

da criança nas suas diversas fases de floração.

Dizem-nos os pedagogos que antes dos quatorze anos se não deve ensinar a historia propriamente dita.

Até essa idade, portanto, usam-se uns chamados contos historicos e biografias, ou simples contos, como os dos irmãos Grimm.

Ora, estes ultimos não são historia; e os primeiros, afinal, não o são mais. Peores portanto, porque falsificam.

A biografia de um homem de acção é incompreensivel para quem não conhece as forças que actuam no seu meio: o que condena, a meu ver, o processo da biografia. «Não póde existir, escreveu Spencer, idea adequada da parte sem idea adequada do todo correlativo».

Como fazer então?

Não ensinar historia propriamente dita até aos 14 annos; aproveitar esse tempo para uma introdução á historia, isto é, um conhecimento elementar daquelas realidades sociaes que são os factores essenciaes da historia, e que por isso mesmo tendo sido do passado, são também presentes e de toda a parte.

Com efeito, a historia para a creança deve partir do presente,—do conhecido e familiar, da sociedade local, da povoação em que vive. A produção, as fontes de riqueza, o trabalho, a propriedade, o governo, a justiça, a autoridade, as classes sociaes e suas lutas, a religião, a Igreja, o Estado, a guerra, o territorio, os elementos de prosperidade e as causas do triumpho,—tudo isso é explicavel por exemplos caseiros, a começar pelos graus inferiores e mais simples: o governo pelo policia ou pelo guarda, os factores economicos pela profissão do papá, a administração pelas funções domesticas da mamã, a Igreja pelo padre cura, e assim por diante.

Quando começada a historia propriamente dita, o pormenor será só o necessario para auxilio da imaginação. O essencial é conhecer as funções: nesse jogo de xadrez que a historia é, mais insistir na maneira de andamento de cada peça do que no conhecimento minucioso de todas as partidas realizadas.

Suponhamos a Idade-Media. Ha o Rei, o Bispo, o Cavaleiro, a Torre, o Pião: importa saber o que pretendia ser e o que era cada uma das figuras, possuir o segredo dos intuitos e das fases principaes da acção. Dos diferentes reis, papas, bispos, ricos-homens, concelhos; das cidades tomadas,

das batalhas, das côrtes, das negociações, dos monumentos, etc.,—basta conhecer de principio só os exemplares típicos e os que foram grandes. A composição do primeiro plano do quadro variará com cada epoca. Se o ensino deve insistir na historia dos reis ou na historia do povo, é problema cuja solução depende das circunstancias: em certos países e em certas épocas é o rei uma personagem essencial; já em outros países e outros tempos o não é. Compare-se nesse particular a França e a Inglaterra; compare-se D. Duarte e D. João 2º.

Mas sobretudo o professor deverá fugir ao bacharelismo; deverá conhecer o mais possivel a vida real e os negocios de hoje. Quem desconhece a vida pratica julga perceber a historia e nada sabe; embala o espirito em contos de fadas, cheirosos ao leite da infantilidade ingénua. Esse conhecimento dos negocios é essencialissimo ao historiador, e os grandes historiadores ingleses são altos exemplos do principio. Mrs. Green escreveu isto no prologo da edição da *História do Povo Inglês* de seu marido, depois da morte deste publicada:

«Lia enormemente, mas a historia nunca foi para ele—Green—meramente uma questão de livros e documentos. A cidade era também sua mestra... Por fim considerava que a sua vida em Londres lhe dera as melhores lições de historia. Foi com os seus church warden, os seus mestre-escolas, nas juntas de parochia, nos tribunales, nos conselhos de familia, nos officios religiosos, na vida quotidiana dos trabalhadores das docas, do comerciante, do hortaliçeiro, nas epidemias estivais da cólera, na miseria que nos invernos se seguia ás vicissitudes económicas, que ele percebeu o que significa a vida da nação. Cada passeio, cada jornada de comboio, cada cidade por que passava em breves excursões em que procurava melhoras para a saude,—tudo isso acrescentava alguma cousa aos seus conhecimentos.»

E aos teus, José Fagundes, nada acrescentou este meu discurso; nem mesmo te suscitou a ideia de ossificar essa espinhela do caracter que tens feita de borracha, exemplar admiravel de uma grande industria nacional, Deixo-te em paz. Vai á vida. Arrependo-me do tempo que te tomei hoje. Aproveita bem o que te resta, e dá a ultima demão naqueles versos que vais dedicar a Madame Presidente da Republica, e que quando os

começaste aqui ha annos te propunhas consagrar a Sua Magestade a Rainha, tua Soberana, de quem eras servo dedicado e humilde.

Rio de Janeiro, 23-3-1913

ANTONIO SERGIO.

De ANTÓNIO NOBRE—Um volume brochado, 800 rs.

DESPEDIDAS

A Obra da "Renascença Portuguesa," (Continuação)

Em 18 de Março, 1.^a lição sobre a «Comuna de Paris», na Universidade Popular do Pôrto por Cristiano de Carvalho.

Em 20 de Março, abertura da subscrição nacional a favor de Gomes Leal.

Em 22 de Março, 2.^a lição sobre a Comuna de Paris, na Universidade Popular do Pôrto.

Em 26 de Março, 3.^a e última lição sobre a Comuna de Paris, na Universidade Popular do Pôrto.

Em 30 de Março, 1.^a lição de Filosofia na Universidade Popular do Pôrto, por Leonardo Coimbra.

Em 1 de Abril, n.º 11 da *Vida Portuguesa*.

Em 2 de Abril, termo da impressão do livro de Mário Beirão «O Último Lusíada».

Em 2 de Abril, conferência de Teixeira de Pascoaes no salão do Centro Commercial, sob o tema «O génio Português na sua expressão poética, filosófica e religiosa».

Em 5 de Abril, 2.^a lição de Filosofia na Universidade Popular do Pôrto.

Em 6 de Abril, 2.^a lição de História Pátria na Universidade Popular de Coimbra.

Em 9 de Abril, 3.^a lição de Filosofia na Universidade Popular do Pôrto.

Em 9 de Abril, abertura do Curso especial de História Pátria na sede da «Renascença Portuguesa», por Jaime Cortesão.

Em 10 de Abril, 1.^a lição de Biologia no Centro «Duarte Leite» do Pôrto, por António Correia de Sousa.

Em 10 de Abril, abertura do Curso especial de História da Literatura Portuguesa na sede da «Renascença Portuguesa», por Alfredo Coelho de Magalhães.

Em 12 de Abril, 4.^a lição de Filosofia na Universidade Popular do Pôrto.

Em 16 de Abril, 1.^a lição de Botânica na Universidade Popular do Pôrto, por Gonçalo Sampaio.

Em 17 de abril, n.º 16 da *Águia* e n.º 12 da *Vida Portuguesa*.

UNIVERSIDADE POPULAR DA PVOVA DO VARZIM

Em 7 de Dezembro de 1912, conferência de Leonardo Coimbra sob o tema «As virtudes populares».

Em 31 de Janeiro de 1913, conferência de Leonardo Coimbra.

Em 16 de Fevereiro, conferência de Jaime Cortesão, sob o tema Portugal e o Mar».

A's 4.^{as} e sábados, palestras sciéntificas por Leonardo Coimbra.

QUESTÕES ECONÓMICAS

INDUSTRIA NACIONAL

Está discutindo o parlamento a lei da regulamentação das horas de trabalho para o operariado.

Em vão tentamos encontrar a base segura em que essa lei se appoia. E, no entanto, é uma lei importantissima para a qual devia convergir toda a atenção d'um parlamento conscio dos seus deveres e das suas tremendas responsabilidades.

A ser approvada, essa lei sobre-carregaria a industria nacional com um minino de 20,0/0 sobre a mão d'obra, já cára, se os salarios actuaes se mantivessem. Poderá tolerar a industria esse augmento? A resposta é difficil. No nosso paiz marcha ás cegas quem quizer enveredar pelo caminho das estatísticas.

Ou não as ha, ou são tão incompletas que mais confundem do que elucidam.

Essa lei dá-nos a impressão de mais uma incoherencia da nossa vida parlamentar sempre que aborda problemas concretos d'economia nacional.

Um horario reduzido, sem a base d'um salario minimo, é o aggravamento indubitavel do problema economico das classes proletarias que pretende beneficiar.

A uma redução d'horas de trabalho ha-de positivamente corresponder uma redução de salarios, n'um meio, como aquelle em que vivemos, onde o capital empregado na industria tem a vida hesitante do capital aventureiro do jogo.

Quando ha poucos mezes, na Inglaterra, a classe mineira procurou por meio da gréve desafogar a sua economia, preparou-se para o fazer com um inquerito á sua industria e, só depois de este lhe provar que a remuneração do capital tinha capacidade sufficiente para o aggravamento da mão d'obra, se lançou abertamente na lucta e, no parlamento, pela bocca dos seus representantes, discutiu quaes as regiões d'exploração em que o capital estava excessivamente remunerado e até onde em cada uma d'essas regiões o capital, limitando o seu juro a um minimo normal e compensador, devia fazer cedencia do excesso de remuneração ao operario. Demonstrada a justiça da sua causa, estava esta d'antemão vencida. Foi o que succedeu.

Quando as questões se tratam abertamente n'este campo a justiça encontra-se sempre ao lado da razão.

Ninguem desconhece os cuidados que mereceu ao governo inglez essa gréve monstro que durante algumas semanas alarmou a nação britanica.

E não nos esquecerá nunca a lição que os representantes do operariado mineiro inglez receberam do chefe do governo quando este lhes demonstrou que elle não estava devidamente preparado para conhecer as causas do seu movimento que era um reflexo do movimento geral que se observava seu todo o operariado d'essa nação; a causa era o desequilibrio entre o augmento de preços dos generos de primeira necessidade e o de mão d'obra nos ultimos annos. Citava cifras e demonstrava, á face d'ellas, a verdade do que affirmava. Essa resposta é a prova do aperfeiçoamento com que se encontram organisadas as estatísticas em Inglaterra. Só assim o Estado julga com conhecimento de causa e orienta intelligentemente as questões a que é chamado a intervir e que lhe merecem sempre o melhor do seu esforço.

Em Portugal, porem, onde não se tem feito um inquerito á nossa industria; onde desconhecemos a remuneração dos capitaes n'ella empregados; onde o Estado considera as pautas simplesmente como órgão tributario; onde não ha o ensino technico e profissional; onde não ha estatísticas; onde a abertura de vias de comunicação foi sempre considerada como a recompensa politica d'elementos eleiçoeiros, sem obedecer a um plano geral e criterioso; onde não existem órgãos de credito para a industria; onde se desconhecem, pela falta d'exposições, as industrias que já estão montadas, qual o seu valor e gráo d'aperfeiçoamento; onde o capital é abandonado ao criterio de administradores ignorantes por falta d'escolas; onde a materia prima é quasi toda importada por falta de aproveitamento, quer do solo continental, quer d'esses fertes mananciaes que são o nosso ainda vasto dominio colonial; onde as tarifas das linhas ferreas nos assombram quando as comparamos com as dos outros paizes; onde estamos a mercê da marinha mercante estrangeira para o transporte das materias primas e dos productos fabricados ou produzidos no nosso territorio, onde emfim, e para não tornar mais longo este triste su-